

# O presidente reúne ministros, hoje, para análise das medidas

por Arnólcio Carvalho  
de Brasília

O presidente José Sarney recebe hoje de manhã os ministros Mailson Ferreira da Nóbrega, da Fazenda, João Batista de Abreu, do Planejamento, e Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, para examinar o pacote de medidas do novo plano de ajuste econômico e tomar "algumas decisões políticas" que ainda faltam. O congelamento e prefixação em zero estão descartados, segundo Mailson.

As medidas econômicas estão prontas — até mesmo já se chegou a conclusões sobre as fórmulas que serão apresentadas ao comitê dirigente do pacto social para substituir a URP a partir de fevereiro — e a reforma administrativa estará concluída neste final de semana, para ser anunciada a partir de segunda-feira, mesmo que sua implementação jurídica demore mais alguns dias por causa dos prazos no Legislativo.

O ministro do Planejamento explicou ontem que a reunião com o presidente, no Palácio da Alvorada, não se destina a formalizar os atos do Plano Verão, mas sim a analisar o conjunto e permitir a tomada de decisões de natureza política. Sarney ainda não se decidiu pela data em que as medidas econômicas entrarão em vigor, segundo Abreu, mas a principal referência continua sendo o dia 18, quando se reúne o comitê dirigente do pacto social.

Ainda ontem, o presidente aprovou a versão da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest) para o orçamento de investimento das estatais neste ano, mas a divulgação dos números finais só será feita junto com outras medidas, na próxima quarta-feira. Antes de fechar a questão central do pacote — a prefixação de preços, salários e provavelmente correção monetária —, o governo pode ouvir a opinião de

lideranças empresariais. "Podemos chamar empresários a Brasília para trazer sugestões e negociar o sistema de prefixação e seu nível, no âmbito do pacto social", explicou ontem o ministro da Fazenda, que reafirmou a indefinição em torno do índice a ser prefixado. "Uma idéia que estamos examinando é a prefixação em 15%, sugerida por alguns economistas dos sindicatos, mas não há nada fechado."

O que se sabe é que este percentual será de dois dígitos, entre 10 e 15%. Mailson desautorizou ontem a versão admitida pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, de fixar em zero o percentual a ser prefixado, da mesma forma que considerou "muito difícil" a prefixação em apenas 2%, por ser uma meta extremamente ambiciosa no curto prazo, que geraria os mesmos inconvenientes das experiências anteriores.

Uma das principais deci-

sões que o presidente terá de tomar envolve a substituição da URP — tida como certa pelos ministros. "É claro que a regra salarial num programa como este é um ponto extremamente importante, não só do ponto de vista técnico mas, principalmente, do ponto de vista político", observou Abreu, cujos assessores concluíram ontem, junto com a equipe da Fazenda, as alternativas à disposição do governo.

Outros itens já conhecidos também foram fechados — já existem até as minutas de diversas decisões, entre portarias e medidas de emergência a serem encaminhadas ao Congresso para exame no prazo de trinta dias. Técnicos do Planejamento terminaram o esboço de atos reeditando boa parte da operação desmonte, que fecham ou privatizam estatais e órgãos públicos, bem como as providências para enxugar a máquina administrativa com demissões.